# 

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE AMARANTE DO MARANHÃO

RUA HUMBERTO DE CAMPOS, 782-CENTRO-AMARANTE DO MARANHÃO-MA

CNPJ- 23.436.389/0001-18 – CEP. 65.923.000 – FONE/FAX: 532-2562

**Ata da Audiência Pública com o IPSMAM, Servidores Públicos Municipais, Vereadores, Promotoria Pública, realizada no Plenário da Câmara Municipal de Amarante do Maranhão em 04 (quatro) de junho 2014, para tratar de assuntos pertinentes a regulamentação e sustentabilidade do Instituto.**

Às treze (13) horas e trinta minutos, deu-se inicio a presente Audiência no Plenário da Câmara Municipal, situada na Rua Humberto de Campos, 782, centro de Amarante do Maranhão, a audiência contou com a participação da Promotoria Pública **Dr. Eduardo André de Aguiar Lopes,**  **Promotor de Justiça da Comarca de Amarante Presidente da Câmara Municipal a Sra. Benta Fernandes Bonfim, os Srs. Vereadores: João Batista Franco Lima ( Netinho) Elon Marinho Gomes, Eva Gomes Viana ( Perinha) Antonio Aurélio de Azevedo Neto (Azevedo) Cleiva Sousa Silva, Magno Benedito Santos Alves, Leão de Sena Batalha Filho.** Após os cumprimentos o Vereador Presidente da Comissão João Batista Franco Lima (Netinho), fez a abertura dos trabalhos desejando a todos boas vindas, e apresentou o objetivo principal da reunião, que seria tratar de assuntos relacionados **à regulamentação e sustentabilidade do Instituto de Previdência Própria do Município de Amarante do Maranhão-IPSMAM.** Ressaltou que o requerimento para a realização desta, foi de sua autoria, mas que recebeu o apoio de todos os demais vereadores, tendo em vista a importância das discussões acerca do assunto visando principalmente a regulamentação e sustentabilidade do referido Instituto, quais as garantias dadas aos servidores contribuintes. Em seguida fez uso da palavra a vereadora Eva Gomes Viana (Perinha) que fez um relato dos pontos que merecem discussão na reunião, que em seu ponto de vista analisa a mesma como forma de está buscando alternativas para resolução dos problemas, solicitou cópia dos Extratos Bancários para tomar conhecimento de toda a movimentação da conta, sobre arrecadações, que a Lei garante a disponibilização dos O Vereador Antonio Aurélio (Azevedo) relatou sobre a insatisfação popular quanto à falta de segurança no município, que o contingente policial não é suficiente para atender a demanda. Propôs a atualização do Código de Postura do Município, afim de adequar à realidade existente. Lamentou a ausência da gestora municipal, pois o município tem a função de desempenhar ações que venham trazer benefícios à sociedade. Os Vereadores Colocaram ainda que a iniciativa da realização desta reunião parte diretamente dos reclamos e da preocupação dos moradores deste município no que diz respeito ao: **desregulamento no transito, excesso de realização de festas, os horários das festas que ultrapassam os limites determinado por decreto judicial, o consumo de bebidas alcoólicas por menores, uso de entorpecentes, prostituição, deficiência do contingente policial, abuso de som automotivo, descargas de motos, o que se percebe que a maioria é realizada por menores, são visíveis a quantidade de menores conduzindo automóveis e motocicletas, foi relatada ainda sobre as propagandas em excesso com alto falante, falta de fiscalização no transito, falta de estrutura no município, falta de aplicação de políticas públicas, ausência de alvará para funcionamento dos estabelecimentos noturno, ausência do delegado titular no município o que tem tornado bem mais difícil a solução de muitos problemas, disseram que é importante e necessária a participação de todos na busca de soluções. Participação ativa da gestora municipal em desenvolver ações junto aos órgãos competentes. Colocaram que o** assunto merece ser discutido com atenção e que possibilitem medidas que venham favorecer a garantia de segurança da população e proporcionar organização no transito da cidade. Após as falas dos senhores vereadores, o Senhor Juiz disse que a ausência de policiais gera demandas, implica ações negativas, que alguns policiais foram remanejados para patrulha rural e sugeriu que os agentes sejam devolvidos para fazer o policiamento na sede. Que o Conselho Tutelar tem o poder de requisição, mas sem imposições, pois já houve reclamações por parte de policiais em relação ações dos conselheiros, propôs a realização de audiência com os proprietários de estabelecimento noturno, que haja uma discussão democrática acerca do assunto, pois é de interesse local, tendo em vista que medidas extremas em relação as festas poderão gerar impactos socioeconômicos no município, pediu maior amadurecimento das idéias. Determinou o encaminhamento de ofícios ao Cel. Zanone Porto, Comandante Geral da Policia Militar do Maranhão, e ao Sr. Antonio Markus da Silva Lima Comandante do 3º BPM, da Região sul maranhense. Pedindo a reintegração do efetivo de policiais militares lotados neste município, tendo em vista que o atual numero de policiais, mostra-se insuficiente para a prevenção e repressão de delitos e manutenção de ordem publica nesta cidade. Sugeriu ainda a formação de uma Comissão com o s poderes Legislativo e Executivo para juntos apresentarem ao Comandante Geral as reais necessidades do município no tocante à segurança pública, Propôs o envio de policiais ao município que não tenham punições administrativas. Que sejam investidos no cargo para atuarem de forma mais eficaz promovendo melhor desenvolvimento das ações. Sugeriu a criação de Projeto de Lei para formação de cargos para agentes de trânsito para atender as necessidades do município, colocou-se ao dispor para maiores informações junto à Secretaria do Fórum da Comarca. O Promotor de Justiça Dr. Carlos Augusto, por sua vez colocou sua preocupação com relação aos problemas apresentados pelos Srs. Vereadores, que o efetivo policial é insuficiente e a ausência de um delegado titular, inviabiliza as ações no momento, propôs a aplicação de políticas e medidas favoráveis ao desenvolvimento de ações que possam trazer segurança e organização no município. Como: **Políticas de Educação no Transito, repressão criminal em atos irregular no transito; determinou o cumprimento da portaria que estabelece o horário de funcionamento das festas noturnas; Atualização do Código de Postura do município, propôs a Câmara a realização de uma audiência pública com os proprietários de estabelecimento noturno para o amadurecimento das discussões; é atribuição do município estabelecer medidas junto as secretarias para expedição de Alvarás para o funcionamento legal dos estabelecimentos; que cada estabelecimento deve está adequado para o devido funcionamento, pois a organização promove a arrecadação pra si; que cada seguimento desenvolve suas funções e ações, e são prestigiados, que o papel do ministério publico é defender o interesse público; que lamenta a ausência da chefe do Poder Executivo municipal nas reuniões de grande importância para o município.** O Vice-Prefeito Municipal Jonatas Gonçalves de Lima, justificou a ausência da Sra. Prefeita Adriana Ribeiro, e falou da importância de desenvolver ações que venham proporcionar a educação no transito de Amarante, realizando um trabalho de conscientização com jovens partindo da própria família, que o primeiro passo já está sendo dado na busca de estrutura para a melhoria da organização da cidade, que possa ser dado o respeito ao modo de vida de nosso povo. O Senhor Edilson Martins também justificou a ausência da Sra. Prefeita, e disse que ela já participou de varias reuniões para discutir sobre segurança publica, pois tem o interesse de organizar melhor o município. Garantiu levar ao conhecimento dela, todos os assuntos ora discutidos. Em seguida fez uso da palavra, o Sr. Elismar Duarte Araujo, que por sua vez apresentou medidas a serem tomadas pelo Departamento de transito do municipio, no tocante a regulamentação e organização no transito da cidade. Usou da palavra representantes do Conselho Tutelar do município, que também lamentaram a ausência da gestora municipal, pois desde o inicio do ano tentam reunir para discutir melhor as diversas situações que diz respeito às ações de competência do Conselho Tutelar, relataram sobre a falta de estrutura, falta de capacitação, falta de disponibilização de um veículo para atender as diligências, ausência do delegado, falta de apoio tanto dos pais de famílias, quanto do governo municipal, pediram providencias. Ressaltou ainda, a ausência de um delegado titular e a insuficiência do contingente policial, o que tem dificultado a atuação do Conselho. Antonio Carlos- Gerente do Banco do Brasil, também fez uso da palavra reiterando as colocações em relação ao transito na cidade, que o contingente policial não supre a demanda do municipio, tendo em vista que a cidade conta com três casas bancarias e um posto de correios, pediu que o Comando aumente o efetivo policial, em virtude do histórico de assalto e o município ficou três meses sem a utilização dos serviços bancários neste município. Findo os pronunciamentos ficou definido os seguintes encaminhamentos: **Que a Câmara encaminhe oficio aos donos de estabelecimentos noturnos para participarem de uma audiência para melhor discutir os assuntos; formação de uma Comissão com os poderes Legislativo e Executivo para juntos apresentarem ao Comandante Geral as reais necessidades do município no tocante à segurança pública;**  **Criação de Projeto de Lei para formação de cargos para agentes de trânsito para atender as necessidades do município; Atualização do Código de postura, organização para a expedição de alvarás; Projeto de lei para o Conselho Tutelar; inclusão no PPA; Não havendo nada mais a tratar a Sra. Presidente deu por encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos e colocando-se ao dispor para bem servir.**

**Benta Fernandes Bonfim**

Presidente